

Sumário

Introdução – *Thales Michel Stucky*.....7

Parte I

HISTÓRICO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1. De Conselho Estadual de Contribuintes a Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais
Gentil André Olsson.....11

Parte II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

2. Princípios do Processo Administrativo Tributário: o Princípio da Legalidade
Rafael Korff Wagner.....33

3. Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa
James Marins.....39

Parte III

QUESTÕES POLÊMICAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

4. O ônus da prova no Processo Administrativo Tributário
Henry Gonçalves Lummertz.....61

5. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário decorrente de medida judicial anterior ao lançamento e o impedimento da aplicação de penalidades
Rafael Nichele.....87

6. O caráter relativo da decisão administrativa definitiva
Renato José Calsing.....99

7. Breves apontamentos sobre a aplicação dos prazos preclusivos fazendários relacionados ao ICMS
Rafael Pandolfo.....111

8. Processo de consulta – estrutura e efeitos
Eduardo Domingos Bottallo.....117

9. A diferenciação entre vício formal e vício material e seu reflexo na realização de novo lançamento tributário
Rafael Borin.....129

10. Cálculo do prazo decadencial em relação ao crédito indevido de ICMS – a aplicação do artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional, e a busca do conceito de “exercício” para os fins do prazo de decadência
Adolpho Bergamini.....151

11. O direito de fiscalizar do Estado e a violação do sigilo de dados do contribuinte
Adriana Esteves Guimarães e Daniel Teixeira de Figueiredo Passos.....167

Parte IV
COMENTÁRIOS À LEI Nº 6.537/73

12. A disciplina do Lançamento no Processo Administrativo Tributário do Estado do Rio Grande do Sul – uma abordagem a partir da teoria das nulidades do ato administrativo <i>Antônio Ricardo Vasconcellos Schmitt</i>	183
13. A intervenção do sujeito passivo no procedimento tributário administrativo <i>Juliano Pacheco Machado</i>	193
14. Do julgamento em primeira instância e do Recurso de Ofício <i>Paulo Fernando Silveira de Castro</i>	199
15. Recurso voluntário e pedido de reconsideração: uma abordagem procedimental da garantia de acesso à segunda instância administrativa pelo contribuinte <i>Rafael Nichele e Eduardo Barboza dos Santos</i>	219
16. Recurso Extraordinário ou apelo extremo <i>Nelson Reschke</i>	235